

O diálogo no Concílio Vaticano II

The dialogue in the Second Vatican Council

João Décio Passos¹

Resumo

O presente trabalho trata da temática do diálogo como uma das palavras-chave do Concílio Vaticano II. O processo conciliar adotou, por força do confronto das diferenças, por persuasão da palavra e por audição da alteridade, o caminho do diálogo, de modo a romper com o método clássico, visível nos demais concílios, por meio do qual a verdade era reafirmada de modo autoritativo, exclusivista e restritivo. A própria intencionalidade do concílio, desde a convocação da parte do papa João XXIII, focada sempre no *aggiornamento*, até a aprovação dos documentos finais, adota o diálogo como caminho sempre mais consciente, na medida em que a Igreja ali presente dá a si mesma o desafio de discernir e acolher o mundo moderno. E, numa circularidade virtuosa, com essa postura revê a si mesma nos termos de sua definição e missão. O diálogo, como princípio e caminho de construção do Vaticano II, constitui o legado maior do grande sínodo ecumênico no que se refere à práxis da Igreja no mundo e a sua própria autocompreensão como corpo feito de diversidade e unidade e povo de Deus em marcha na história na direção do Reino de Deus.

Palavras-chave

Concílio Vaticano II. Diálogo. Igreja. Mundo.

Abstract

The present work deals with the theme of dialogue as one of the keywords of the Second Vatican Council. The conciliar process adopted, by force of the confrontation of differences, by persuasion of the word and by hearing of otherness, the way of dialogue, in order to break with the classical method, visible in other councils, by which truth was reaffirmed authoritarian, exclusive and restrictive. The own intentionality of the council, from the convocation of pope John XXIII, always focused on *aggiornamento*, until the approval of the final documents, adopts the dialogue as an ever more conscious path, insofar as the Church present there gives itself the challenge of discerning and welcoming the modern world. And in a virtuous circularity, with this attitude reviews herself in terms of her definition and mission. The dialogue, as principle and path of construction of Vatican II, constitutes the greatest legacy of the great ecumenical synod with regard to the praxis of the Church in the world and its own self-understanding as a body made of diversity and unity and God's people in progress in history in the direction of the Kingdom of God.

Keywords

Second Vatican Council. Dialogue. Church. World.

INTRODUÇÃO

A temática do *diálogo* constitui uma das palavras-chave do Concílio Vaticano II. Para além das ocorrências verbais nos textos conciliares, com conotações e aplicações específicas, deve ser resgatada no espírito e no processo conciliares, como atitude fundante que encaminha pedagogicamente a busca de consenso e que conduz dialeticamente à verdade que se quer afirmar e comunicar. Será correto afirmar que o processo conciliar adotou, por força do

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Ciências da Religião pela PUC-SP. Bacharel em Teologia pela Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção e em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Professor associado do Departamento de Teologia e Ciências da Religião da PUC-SP. Contato: jdpassos@pucsp.br.

confronto das diferenças, por persuasão da palavra e por audição da alteridade, o caminho do diálogo, de modo a romper com o método clássico, visível nos demais concílios, por meio do qual a verdade era reafirmada de modo autoritativo, exclusivista e restritivo. A própria intencionalidade do concílio, desde a convocação da parte do papa João XXIII, focada sempre no *aggiornamento*, até a aprovação dos documentos finais, adota o diálogo como caminho sempre mais consciente, na medida em que a Igreja ali presente dá a si mesma o desafio de discernir e acolher o mundo moderno. E, numa circularidade virtuosa, com essa postura revê a si mesma nos termos de sua definição e missão. A relação entre a Igreja e o mundo constitui a esfera mais fundamental de um diálogo construtivo que desencadeia outros ciclos dialogais que se reproduzem em dinâmicas que englobam antigas polarizações, agora na Igreja que ensina-aprende e no mundo que ensina-aprende, donde decorrerá como ensinamento eclesiológico: o clero que ensina-aprende e o leigo que ensina-aprende no corpo uno e diverso da Igreja. E na atualização da clássica relação fé e razão também a fé ensina-aprende na relação com a ciência que ensina-aprende. E, por fim, no processo conciliar essa pedagogia se exercitou com o padre conciliar que ensina-aprende e o perito que ensina-aprende. Não será muito afirmar que o Vaticano II foi uma escola que adotou o diálogo, aprendeu a dialogar e terminou por ensinar o diálogo como regra de vida para todos os cristãos, não obstante a cultura católica tão consolidada da Igreja mãe e mestra, distante e acima da história.

1 O DIÁLOGO E A ASSEMBLEIA CONCILIAR

Toda reunião conciliar é, por si mesma, uma convocação para o diálogo, na medida em que para ela congregam sujeitos de distintas igrejas e, por conseguinte, de distintos contextos e tradições eclesiais e culturais. O significado teológico da *ecclesia* aí se faz patente e se impõe como fé e regra para todos os participantes, acima de qualquer interesse/convicção pessoal ou local. Trata-se de falar como Igreja, para a Igreja e em nome da Igreja, sabendo que a palavra de Deus foi confiada a toda a Igreja como dom a ser transmitido a todas as pessoas com suas diferenças culturais. A construção efetiva dessa palavra consensual exige escuta, discernimento, decisão para que a mensagem almejada se mostre como verdade para toda a Igreja no decorrer do tempo. Para além dos jogos ideológicos inerentes aos processos de construção de sentido aos quais se submete toda comunidade humana historicamente circunstanciada, um concílio se legitima como rendição a um consenso maior e, desde cedo, conheceu as tarefas do diálogo, seja como dialética que exercita a contradição na busca da síntese, seja como docilidade ao Espírito que conduz à Igreja na busca da verdade, fazendo abrir cada mente para a escuta e para a aceitação da palavra nova que se impõe como coerente e necessária àquela comunidade de fé demarcada no tempo e no espaço.

O significado dialético da busca de consenso se faz no confronto das diferenças que emergem como direito de voz e decisão, como discurso pedagogicamente construído a partir do encontro do velho com o novo, do individual com o coletivo, do local com o universal. Trata-se

do diálogo entre sujeitos de toda Igreja e para toda a Igreja, da construção da própria catolicidade da Igreja.

O Concílio Vaticano II enfrentou essa tarefa do diálogo com algumas especificidades. Antes de tudo em um ambiente sociocultural moderno, ou seja, politicamente democrático, sendo esse um valor e uma regra para as decisões coletivas, e tecnicamente mundializado pelos meios de transporte e comunicação. Ainda que não constituísse uma prática efetiva e global, o diálogo se mostra, desde então, como grande tarefa para as construções humanas, sobretudo após as traumáticas cisões experimentadas pelas duas grandes guerras. O mundo enfrentava, como nunca dantes, a necessidade do diálogo para a sobrevivência e a convivência humana nos âmbitos locais e mundiais. O próprio papa João XXIII expressa essa ideia aos dirigentes da Ação Católica em 11 de agosto de 1959 dizendo que, no mundo que adota com frequência reuniões políticas, econômicas, científicas para se chegar a acordos, por que não poderiam reunir também os cristãos? Um segundo aspecto importante diz respeito à própria extensão da assembleia conciliar que pretendeu ser ecumênica, seja por convocar todos os bispos do mundo à participação, seja por incluir em suas dinâmicas mecanismos diversos de participação, envolvendo assessores, auditores e observadores e, ainda, por dirigir-se não somente aos membros internos da Igreja, mas também a membros de outros credos e a toda a humanidade. A alocução de João XXIII proferida no domingo de Pentecostes (5 de junho de 1960) na Basílica Vaticana resume a dimensão e o alcance pretendidos pelo concílio não somente para os bispos mas também para todos os fiéis:

O Concílio Ecumênico resultará da presença e participação de Bispos e Prelados, que serão a representação viva da Igreja Católica espalhada no mundo inteiro. À preparação do Concílio dará precioso contributo uma reunião de pessoas dotas, competentíssimas, de todas as regiões e de todas as línguas. É este, já agora, um princípio entrado no espírito de cada fiel pertencente à Santa Igreja Romana, isto é, de ser e de se considerar verdadeiramente, como católico, cidadão do mundo inteiro assim como Jesus é o adorado Salvador do mundo inteiro: *Salvator mundi*. Bom exercício de verdadeira catolicidade é este, do qual todos os católicos devem dar-se conta e fazer para si como que um preceito, para a luz de sua mentalidade e direção da sua conduta nas relações religiosas e sociais. (KLOPPENBURG, 1963, p. 43).

Essa assembleia de diálogo universal esteve desde o início nas intenções e nos encaminhamentos dados pelo papa que afirma sem hesitar, ainda que na fase preparatória, que “nenhum Concílio foi precedido por consulta tão vasta”. E os trabalhos conciliares foram organizados na mente de seu autor principal no espírito da comunhão eclesial que inclui as diferenças como necessárias na busca da unidade da verdade e da caridade. Mas já não se tratava simplesmente de um exercício de colegialidade interna, conforme a tradição dos concílios, algo da Igreja e para a Igreja e com alcance universal. Um novo olhar se mostra determinante: o mundo moderno com seus desvios, exigências e possibilidades. A Igreja em diálogo interno no exercício conciliar deverá lançar-se para uma tarefa mais difícil e ampla de

dialogar com o mundo presente, transcendendo suas referências doutrinárias consolidadas e acolhendo as verdades externas; um exercício inédito que exigiu ruptura com concepções e práticas tidas como completas e definitivas no seio da tradição católica. As diferenças teóricas e práticas construídas pelo mundo moderno, comumente vistas pela Igreja como equívocos e, em muitas ocasiões condenadas, são agora olhadas de frente e discernidas pelos padres conciliares. No discurso de abertura do concílio (*Gaudet mater Ecclesia*), João XXIII havia renegado essa atitude de pessimismo e rejeição aos tempos modernos em nome do passado por parte dos “profetas da desgraça” e afirmado uma outra postura que deveria nortear o concílio na busca do diálogo com o mundo.

Na ordem presente das coisas a misericordiosa Providência está-Nos levando para uma ordem de relações humanas que, por obra dos homens e a maior das vezes para além do que eles esperam, se encaminham para o cumprimento dos seus desígnios superiores e inesperados e tudo, mesmo as humanas diversidades, convergem para o bem da Igreja. (KLOPPENBURG, 1963, p. 308).

O diálogo emerge, pois, como caminho inevitável e necessário da postura sobre a qual fundaram o ideal e a realização do concílio: a colocação da Igreja frente a frente com a sociedade moderna na busca do *aggiornamento*. Dessa postura desencadeou-se, também como necessária, uma circularidade crítica e criativa entre as duas realidades na busca, senão da síntese, da contribuição mútua pela causa comum da sociedade justa e fraterna.

2 A CONSTRUÇÃO DO DIÁLOGO NO PROCESSO CONCILIAR

Não obstante seu significado eclesiológico fundamental, o diálogo pode subtrair-se aos mecanismos do poder que o afirma como princípio e fundamento do consenso, porém não o adota como método efetivo, atitude e regra das definições feitas pela comunidade cristã. Dos 20 concílios realizados pela Igreja a maioria ocupou-se de corrigir e, até mesmo de condenar desvios doutrinários ou disciplinares, utilizando para tanto linguagem autoritativa que visa afirmar a verdade mediante juízos apodícticos ou definições dogmáticas. O método teológico dedutivo da escolástica sustentou esse método conciliar no decorrer da história, o que se concretizou no exercício docente do magistério da Igreja centralizado na figura do sumo pontífice. Esse método dedutivo encaixado no sistema sociopolítico do *homo hierarchicus* apresenta a verdade pronta, formulada a partir de princípios, deduzida mediante exercícios lógicos rigorosos e apresentada como vinculante para a fé, uma vez que tem sua procedência no próprio Deus que a comunica. Nesse contexto e tradição, a postura e o método dialogal estiveram, de fato, fora do que se consolidou como *modus operandi* dos concílios e que, em certa medida, se esperava repetir no Vaticano II, ao menos em sua fase preparatória capitaneada pela Cúria Romana a partir de 1959. As consultas e os primeiros esquemas realizados pelos grupos curiais não podiam vislumbrar uma prática conciliar diferente que fizesse jus ao autêntico exercício da eclesialidade, mas, ao

contrário, a compreendia nos termos da fidelidade à tradição guardada e transmitida pelo magistério central da Igreja. Ao concílio competia acatar e definir consensualmente as verdades de fé para toda a Igreja, sendo que toda dialética exercitada pela assembleia conciliar no processo de tais definições tinham papel lógico tão somente de deduzir verdades já inerentes ao *depositum fidei* e promulgá-las com a finalidade de combater erros ou de definir dogmas.

O Concílio Vaticano II foi inaugurado às sombras dessa tradição e encaminhou-se, progressivamente, em um processo de aprendizado de uma nova consciência conciliar no centro da qual residiu a participação dos iguais na construção das definições, sob a regência sábia do papa João XXIII e a participação hábil de lideranças episcopais. O diálogo não foi, portanto, uma postura adotada *a priori*, ou mesmo um método pronto sobre o qual se encaminharam os trabalhos conciliares desde o início. Ao contrário, foi um aprendizado progressivo realizado no processo conciliar que exigiu discernimento, articulação, opção e decisão dos padres conciliares até assumir formas expressivas capazes de direcionar os trabalhos no que se referiu à conduta de fundo, à definição dos conteúdos e à linguagem. A conduta dialógica esteve presente, ainda que de modo implícito ou não percebido por todos, nas intenções de João XXIII, quando entende a necessidade de convocar um concílio novo que não fosse nem para concluir o Vaticano I abruptamente interrompido e nem para tratar de questões doutrinárias específicas. Tratava-se de um concílio cuja missão era colocar a Igreja em sintonia com o mundo moderno. Na radiomensagem de 11 de setembro de 1962 essa intencionalidade fundamental se fez ouvir na voz do papa quando dizia da necessidade de a Igreja encarnar-se no mundo moderno e, particularmente, entre os pobres. E no discurso de abertura dos trabalhos conciliares apresenta o que deveria ser o espírito e a direção: o diálogo da Igreja com o mundo atual. Afirma em tom de esperança que “iluminada pela luz do concílio, a Igreja cresce em riqueza espiritual e olha intrépida para o futuro, mediante oportunas atualizações”, que esperava da Igreja “um salto à frente” ao aprofundar a sua doutrina buscando a fidelidade mais perfeita “à doutrina autêntica”, sendo esta “estudada e exposta” mediante as formas da pesquisa e do pensamento moderno. O diálogo germinava nas intenções do pontífice e começava revelar-se como caminho sempre mais visível em suas coordenadas na retaguarda ativa dos trabalhos conciliares. Um concílio “prevalentemente pastoral, [que vá] ao encontro das necessidades de hoje, mostrando mais a validade da doutrina que a condenação” abria para os padres o desafio e a oportunidade de apresentar ao mundo moderno um novo modo de ver e falar da mensagem cristã que fosse, ao mesmo tempo, compreensível, atraente e transformadora. O papa Paulo VI em pleno exercício de condutor maior dos trabalhos conciliares apresenta em sua primeira encíclica *Ecclesiam suam* (6 de agosto de 1964), desafios e parâmetros e, de certo modo, métodos para a o momento em que se encontrava a Igreja na busca de uma compreensão de si mesma na relação com o mundo. São três espécie de palavras-chave: a consciência, a renovação e o diálogo. “Há uma terceira atitude”, diz o Papa, “que a Igreja Católica deve tomar neste momento da história do mundo. Referimo-nos ao estudo sobre os contatos que ela há de manter com a humanidade.”

(ES 34). O diálogo é decorrente da própria missão evangelizadora da Igreja enviada por Cristo a “ensinar a todos os povos” (Mt 28, 19). O nome atual dessa missão é diálogo, afirma o papa (ES 37) e assevera que a “Igreja deve entrar em diálogo com o mundo em que vive. A Igreja faz-se palavra, faz-se mensagem, faz-se colóquio.” (ES 38). E o diálogo foi, de fato, apresentado como uma tarefa fundamental para os padres conciliares nos seguintes termos: “Este aspecto capital da vida hodierna da Igreja será objeto de estudo especial e amplo do Concílio Ecumênico, como todos sabem.” E sem querer entrar nos detalhes concretos da questão lança um convite aos veneráveis irmãos a “antepor a esse estudo algumas considerações para ficarmos a conhecer mais claramente os motivos que levam a Igreja ao diálogo, os métodos mais aconselháveis e os objetivos em vista.” (ES 38).

As palavras do pontífice tiveram ecos diretos no processo e nas decisões conciliares que explicita o diálogo como caminho a ser adotado pela Igreja na formação de seus quadros (OT 20), nas relações entre seus membros (PO 8b; GS 92b), na relação com o pensamento moderno e com as ciências (OT 15) e com toda a humanidade (CD 13b) na relação com os demais cristãos (UR 9, 21, 23) e com outras religiões (GS 92e; AG 20g, 42e), com os que pensam diferente dos cristãos (GS 43e) e, até mesmo, com os inimigos da fé (GS 28, 92e).

Na verdade, o diálogo se deu na própria consciência conciliar que desabrochou na ‘inesperada primavera’ como tempo de graça, aprendizado e tarefa, para os padres conciliares que vão assumindo cada vez mais o protagonismo daquela assembleia para todos inédita. O debate foi se tornando a regra nas discussões dos esquemas nas sessões e nas comissões, na reformulação dos documentos, na audição dos peritos, nas aulas conciliares, nos trabalhos de bastidores. E a postura instada por João XXII na abertura se torna sempre mais o desafio e a prática orientadora dos trabalhos conciliares e, de fato, tomará corpo no conteúdo e na forma dos textos que vão sendo produzidos, reprovados e aprovados em espírito de participação e de comunhão. A meta de colocar a Igreja em diálogo com o mundo moderno mediante a escolha do discurso adequado no seu conteúdo e na sua forma fez do diálogo o método da Igreja atualizada e do próprio processo conciliar, como recomendara Paulo VI, assim como evidenciou os diferentes interlocutores e configurou estruturalmente a mensagem dos documentos finais do concílio.

3 AS DIMENSÕES DO DIÁLOGO

A busca do diálogo entre a Igreja e o mundo trouxe inevitavelmente o confronto entre a tradição e a inovação, ou, entre as fontes da mensagem cristã e o pensamento moderno. Essa convicção assumida como grande missão da Igreja teria de evitar tanto a repetição pura e simples da doutrina instituída como a adesão ingênua dos valores e práticas modernas. Tratava-se de encontrar o caminho seguro capaz de evitar mais uma vez a reprodução do passado nas posturas e nas linguagens distantes e incompreensíveis ao homem moderno, assim como o pessimismo dos “profetas da desventura” de que falara o papa na abertura do evento. E o mundo

moderno, por sua vez, portador de variadas ambiguidades era o mundo real colocado frente à mensagem salvífica que deveria ser comunicada com coragem e empatia por parte dos padres. A Igreja e o mundo, o passado e o presente, o universal e o local bem como a velha e a nova teologia constituíram pares nem sempre próximos que foram sendo confrontados e reconciliados com a decisão, o esforço e as estratégias dos sujeitos envolvidos no evento conciliar. O diálogo efetivou-se como atitude, método e linguagem no processo e nos resultados dos trabalhos conciliares.

3.1 Atitude

O diálogo foi a intencionalidade e a opção fundamental assumida pelos sujeitos do concílio em sintonia com as palavras inaugurais de João XXIII. O mundo aguardava um mensagem profícua da Igreja em tempos de reconstrução das relações entre as nações e de busca de referências capazes de garantir a convivência humana justa e fraterna. A postura fundamental era a acolhida do homem moderno com todas as suas conquistas, marcadas por evidentes ambiguidades. Não obstante suas mazelas, a escalada da humanidade é vista como positividade, como busca de verdade e felicidade com a qual a Igreja quer fazer-se parceira, quer ensinar e aprender. Há um humanismo aberto ao universal que acolhe o ser humano em sua condição real e quer com ele construir uma nova civilização que seja capaz de superar as injustiças e estabelecer a paz. Para os discípulos de Cristo “não se encontra nada verdadeiramente humano que não lhes ressoe no coração.” (GS 1). E, por essa razão, o concílio assume uma postura de diálogo efetivo com todos, a partir do povo de Deus que constitui a Igreja e

não pode demonstrar com maior eloquência sua solidariedade, respeito e amor para com toda a família humana, à qual esse povo pertence, senão estabelecendo com ela um diálogo sobre aqueles vários problemas, iluminando-os à luz tirada do Evangelho e fornecendo ao gênero humano os recursos de salvação (GS 3).

3.2 Método

Para dialogar com a humanidade seria necessário, portanto, discernir suas positivities e negatividades. A encíclica *Pacem in Terris* (11 de abril de 1963) nascida do progenitor do concílio já havia ensinado oficialmente um método: o discernimento dos *sinais dos tempos*. Promulgada no início dos trabalhos conciliares ensinava os cristãos a olharem o mundo como realidade da qual se devia aprender e com a qual devia atuar na busca do plano estabelecido por Deus. O mundo moderno portava em suas estruturas e dinâmicas elementos negativos e positivos, cabendo ao cristão discernir neles aqueles sinais reveladores da ordem querida por Deus. E o concílio vai repetir essa postura e método em relação aos tempos modernos de modo contundente na constituição *Gaudium et spes*. Assim como a encíclica programática, a Igreja dirige-se a toda a humanidade, encara o percurso da história humana inserido no plano maior de

Deus, sintoniza-se com os avanços da humanidade, solidariza-se com os que sofrem, responsabiliza-se pela construção da paz e da justiça na terra e projeta-se na esperança para o Reino de Deus. O conceito *sinais dos tempos*, com sua raiz evangélica, designa no pensamento conciliar uma postura de interpretação da realidade que envolve a inteligência e a fé, a compreensão e a ação. E os padres conciliares, já na fase de maturidade da consciência conciliar, não somente utiliza o método como o define com conotações afins que buscam articular um eixo básico: o dado da fé com o dado da realidade presente. O conceito aparece explícita ou implicitamente como: exigência para descobrir os desígnios de Deus na história (GS 4, 11), leitura da realidade a partir da fé (GS 4, 11, 44; PO 18), missão da Igreja na compreensão, diálogo e serviço ao mundo (GS 4, 11), tarefa do conjunto da Igreja – dos cristãos entre si (PO 9; DH 15), dos leigos com os presbíteros (PO 9) e dos cristãos com outros sujeitos (GS 11; DH 15) –, sinal concreto expresso na solidariedade (AA 14) e na liberdade (DH 15), expressão da ação ecumênica entre os cristãos (UR 4), diálogo com as várias linguagens e ciências na busca de aprofundamento da verdade revelada (GS 44) e fruto da leitura da Bíblia e que produz a docilidade ao Espírito (PO 18).

A leitura dos *sinais dos tempos* significa o esforço de um diálogo entre a fé e a realidade e entre a Igreja e a sociedade, o que desencadeia, inevitavelmente, numa circularidade entre os dois polos. Certamente, não seria fácil verificar a consciência, a profundidade e a agilidade desse círculo hermenêutico no conjunto dos trabalhos e das decisões conciliares. Contudo, o que, de fato, ocorreu foi uma ‘virada metodológica’ na relação entre os polos em questão e, sobretudo, um consenso crescente no modo de fazer teologia e pastoral na Igreja, inserida conscientemente nas várias temporalidades e espacialidades no período pós-conciliar.

3.3 Objetivo

O diálogo visa um ponto certo de chegada que é a comunhão entre as diferenças. Em uma palavra a experiência viva do amor que tem sua origem no próprio Deus que nos amou e enviou seu filho para salvar e nos atrair para si como. A busca da comunhão nas legítimas diversidades internas da Igreja é uma primeira tarefa do diálogo sabendo que o que une é mais forte do que o que divide: “nas coisas necessárias reine a unidade, nas duvidosas a liberdade, em tudo a caridade.” (GS 92b), Mas, os discípulos de Jesus Cristo devem buscar também por meio do diálogo a comunhão com os de fora da Igreja. Munidos dos dons de seu Espírito buscam por vários meios acolher as diferenças sociais, políticas e culturais e com elas se interagem buscando nas diferenças os sinais de Deus e, ao mesmo tempo, contribuindo com a construção da sociedade em acordo com os planos de Deus (AG 11b). A *Gaudium et spes* sintetiza a esfera maior e o sentido último do diálogo: “Sendo Deus Pai o princípio e o fim de todas as coisas, somos todos chamados a ser irmãos. E por isso, destinados à única e mesma vocação, humana e divina, sem violência e sem dolo, podemos cooperar para a construção do mundo na paz verdadeira.” (GS 92e).

4 OS INTERLOCUTORES

O caminho dialogal perpassa o concílio e deve concretizar-se entre sujeitos diversos dentro e fora da Igreja. O diálogo com o gênero humano, sujeito primeiro e destinatário da mensagem conciliar, incluiu outros sujeitos, cada qual acolhido em suas diferenças como digno de valor e de respeito e se traduziu em prática dentro da assembleia conciliar e em regra de convivência no interno da própria Igreja. Do sujeito mais imediato ao mais universal, a pessoa do outro se mostrou como destinatário da mensagem conciliar e como caminho de realização da salvação de Deus que chama a todos para a comunhão Consigo. O diálogo é o caminho da Igreja renovada e sem fronteiras que se abre como que em círculos concêntricos desde o seu interior até aquele sujeito mais distante da mensagem do Evangelho e que seja seu inimigo.

4.1 Diálogo interno na comunidade eclesial

A Igreja é comunhão de diversidade em seu sentido mais profundo, como corpo místico de Cristo e povo de Deus. Essa diversidade exige a convivência e o diálogo dos membros entre si para que se possa vivenciar o mistério da unidade, praticar o mandamento da caridade e exercer a função pastoral. Tendo como missão iluminar o mundo todo com a mensagem do Evangelho a Igreja deve ser sinal de fraternidade que “permite e consolida um diálogo sincero”, o que exige que se promova no seio da Igreja a mútua estima, o respeito e a concórdia “para que se estabeleça um diálogo cada vez mais frutífero entre todos os que constituem o único povo de Deus, sejam os pastores sejam os demais cristãos.” (GS 92). É uma arte de deve ser cultivada entre os leigos para conviver e cooperar como irmãos (AA 29), uma educação a ser cultivada nos seminários como meio de exercitar a capacidade de ouvir os outros e de abrir o coração na caridade às várias situações humanas (OT 19), atitude que reja a relação entre bispos e presbíteros (CD 28) e entre os irmãos presbíteros de idade avançada e jovem (PO 8). E por essas razões a reflexão teológica deve ser igualmente feita com um método dialogal de forma a não criar obstáculos para o trabalho ecumênico, mas ser realizada na verdade, na humildade e na caridade (UR 11) contribuindo com a compreensão mutua das diferentes tradições cristãs.

4.2 Diálogo entre os cristãos

O ecumenismo esteve presente nas intenções do concílio, desde a sua convocação. No discurso de abertura a questão da busca da unidade dos cristãos foi apresentada por João XXIII como uma dos desafios da renovação da Igreja. E na dinâmica dos trabalhos conciliares o diálogo entre os cristãos foi um pêndulo importante que direcionou as reflexões, as decisões e a linguagem dos textos conciliares de um modo geral e, de modo específico, expressou-se no decreto sobre a reintegração entre os cristãos (*Unitatis redintegratio*). O diálogo entre os cristãos é parte fundamental do testemunho dos mesmos no mundo, como superação das divergências e como busca de unidade entre as diferentes confissões (UR 7). O diálogo

ecumênico tem como ponto de partida o próprio Jesus Cristo a quem todos os cristãos professam como Senhor e o Espírito Santo como condutor (UR 1). Para o exercício concreto do diálogo é necessário que os católicos conheçam melhor “a mente” dos demais cristãos e que busquem de ambos os lados os meios de conhecimento mútuo expondo suas especificidades de “igual para igual” (UR 9). O concílio acentua dois tópicos fundamentais para a construção do diálogo ecumênico. Como ponto comum, a Sagrada Escritura, que não obstante as divergências sobre o magistério e a livre interpretação, constitui um instrumento na realização do diálogo, tendo em vista sua centralidade na vida cristãos e, sobremaneira, na tradição dos irmãos não católicos (UR 21). Como ponto de divergência a ser estudado e aprofundado, os sacramentos, particularmente a eucaristia e os ministérios (UR 8). O concílio cita nominalmente como interlocutores diretos do diálogo ecumênico os cristãos ortodoxos, tradição historicamente separada do ocidente pela falta de compreensão e caridade mútua (UR14) e os protestantes que, unidos pela mesma fé em Jesus Cristo são, de fato, sempre mais impelidos à busca da unidade e do testemunho da fé (UR 20).

4.3 Diálogo com outras religiões

Essa esfera pode ser sintetizada em quatro aspectos. Primeiro o aspecto *teológico*. O diálogo é tarefa que vai além dos cristãos e envolve no mesmo ímpeto de busca de unidade as demais religiões. A constituição *Gaudium et spes* (92d), como que dando passos para chegar ao diálogo da Igreja com toda a humanidade, fala do diálogo dentro da Igreja, com os cristãos e com as religiões. O fundamento do diálogo entre as religiões são os valores religiosos, a crença em Deus, e os valores humanos, os valores socioculturais e morais (NA 2c). Em segundo lugar, o diálogo possui um aspecto *sociopolítico*. A liberdade religiosa assumida pelo concílio não somente como valor político moderno, mas também como um valor de fé, sendo que a proposta de salvação de Deus é um dom acolhido pelo ser humano na sua mais profunda liberdade, constitui uma garantia para que as religiões possam em pleno direito coabitarem juntas em uma mesma sociedade e contribuir com o desenvolvimento da mesma (DH 8c). Um terceiro aspecto diz respeito ao crescimento *humano-espiritual* os crentes. Na declaração *Nostra aetate* o diálogo com as religiões é visto como um caminho de crescimento conjunto entre as diferentes crenças; os padres exortam os cristãos a que “reconheça, mantenham e desenvolvam” com as demais religiões o aspecto da vida individual (os valores espirituais e morais) e da vida coletiva (os valores socioculturais) (NA 2c). Além de atitude a ser desenvolvida pelos seguidores de Jesus Cristo, o diálogo é caminho concreto de relação entre as diferenças. E, por fim, há um aspecto *científico-pedagógico*. Ao expor as tarefas específicas do leigo na ação evangelizadora reconhece o valor dos estudos científicos das religiões realizados nas universidades como um caminho de preparação para o diálogo com os não cristãos (AG 41e).

4.4 Diálogo com a humanidade

Os concílios anteriores falaram quase sempre em nome de uma pureza doutrinal e disciplinar eclesial e, por conseguinte, para os inimigos da fé e da Igreja que colocavam em risco a sua unidade interna. O Vaticano II olha concomitantemente para dentro da Igreja – em busca de *aggiornamento* – e para fora: para o mundo moderno nos seus aspectos positivo e negativos. A renovação da Igreja se dá em uma circularidade que implica em rever a Igreja revendo o mundo e vice-versa. Portanto, o horizonte último do olhar é toda a humanidade, entendida do ponto de vista histórico (a escalada progressiva do gênero humano até os tempos atuais), geopolítico (todos os povos com suas diversidades), filosófico (os seres humanos sujeitos de uma mesma natureza), teológico (criatura inserida no mundo segundo o plano misterioso de Deus) e ético (marcada em sua natureza pela ambiguidade do bem e do mal). É esse o interlocutor principal do concílio a quem a Igreja se dirige positivamente como mãe misericordiosa e como anunciadora da boa notícia do Evangelho. A linguagem conciliar é inclusiva, se esforça para falar a todos os homens, mesmo quando toca em questões internas da Igreja católica: as questões mais íntimas não excluem as diferenças de suas preocupações. A própria liturgia, ato mais íntimo da comunidade de fé, dirige seu olhar para os demais cristãos, na medida em “mostra a Igreja aos que estão fora” e pretende “agregar aos que estão fora” na unidade do mesmo Corpo todos os homens (SC 2). A Igreja, sinal de salvação para todos, aos povos assume a postura de auditora empática, de especialista em humanidade e de servidora de todos, especialmente dos mais necessitados. A constituição *Gaudium et spes* condensa em sua estrutura todas as dimensões dessa tarefa de diálogo salvífico a ser realizado com todas as dimensões que constituem a sociedade humana com suas virtudes e defeitos: com a economia, a política, a cultura, o trabalho, as ciências e as relações internacionais. A *empatia* humana é ponto de partida da mensagem: as alegrias e esperanças, as tristezas e angústias dos homens de hoje são também da Igreja. A *misericórdia* inclui a todos, especialmente os mais pobres. E *cordialidade* universal se torna a regra: o humano está incluído no coração da Igreja (GS 1). De fato, ao enunciar seu interlocutor o concílio não tem mais dúvidas: “O Concílio Vaticano II não mais hesita em dirigir a palavra somente aos filhos da Igreja e a todos os que invocam o nome de Cristo, mas a todos os homens.” (GS 2a). E, após reafirmar o sentido da humanidade na história nos planos de Deus, afirma o propósito da ação da Igreja: “É a pessoa humana que de ser salva. É a sociedade que deve ser renovada” (GS 3a).

4.5 Diálogo com os inimigos

O concílio dirige-se com frequência aos homens de boa vontade, linguagem usual de João XIII. Trata-se daqueles que mesmo distante da Igreja por alguma razão, pode sintonizar-se com sua mensagem em nome do bem da humanidade. É, de sua parte, a Igreja que fala com a sociedade secularizada e pretende sintonizar com seus valores e práticas, superando francamente qualquer postura ou discurso indiferente ou condenatório em relação a ela, como fizera no

passado, após as revoluções modernas. As diferenças de todas as ordens construídas pelo mundo moderno já não são empecilhos, mas, ao contrário, um convite ao diálogo que significa acolhimento na caridade e busca de compreensão de seus modos de pensar (GS 28a). Com efeito, é digno de nota que esse diálogo universal atinja uma dimensão que se mostre mesmo radical, no sentido da radicalidade do amor cristão que inclui peremptoriamente os inimigos (Mt 5,44). Até mesmo os opositores da Igreja são incluídos na tarefa de diálogo da Igreja:

O desejo de tal diálogo, que é guiado somente pelo amor à verdade, observada a devida prudência, de nossa parte não exclui ninguém, nem os que, honrando os bens admiráveis do engenho humano, contudo não admitem ainda seu Autor, nem aqueles que se opõem à Igreja e a perseguem de várias maneiras. (GS 92e).

5 O SIGNIFICADO TEOLÓGICO DO DIÁLOGO

O diálogo não pode constituir unicamente uma estratégia pastoral da Igreja com a finalidade de reconciliar-se com o homem moderno ou mesmo com os demais cristãos e crentes. Se no propósito da renovação da Igreja empreendido pelo concílio pode existir tal dimensão como método prático (AA 29d, 31a), ela não é, contudo, o que o define fundamentalmente. Antes de tudo trata-se de uma postura de fé que posiciona a Igreja em relação a si mesma e aos outros dentro de uma moldura mais abrangente, o plano salvífico de Deus que chama todos os seres humanos para a comunhão consigo e do qual a Igreja quer sinal vivo ser servidora fiel.

5.1 Chamado à unidade e ao diálogo

Deus é o fim para o qual todos os chamados e, por isso quer que os homens sejam uma família unida pelos laços da fraternidade. Por essa razão, o amor a Deus e ao próximo é o mandamento central do cristianismo. E a revelação de Deus carrega uma dimensão dialogal, como bem sintetiza a constituição dogmática *Dei Verbum* (2): por seu grande amor foi o próprio Deus que se comunicou a nós, falando-nos como amigo e veio estar conosco e nos convidar a comunhão consigo. Para além desse diálogo oferecido de modo explícito em Jesus Cristo que reúne todos em si, Deus fala secretamente aos corações de todos os homens que buscam a verdade e convida, por essa razão, a todos os seus discípulos ao diálogo com os mesmos homens na busca do desvelamento desse mistério (AG 11b). Esse parece ser o recado essencial do concílio: na Igreja e no mundo e por meio de ambos os cristãos são chamados a dialogar com todos para descobrir a verdade e construir a unidade desejada por Deus na vivência da caridade.

5.2 Sementes do Verbo

O diálogo que lança o cristão para fora da mensagem revelada e acolhida na fé (DV 5), transmitida e vivenciada na Igreja (DV 10) exige uma atitude de acolhida do outro que se mostra diferente e até mesmo desconhecido. A razão é teológica: Deus fala por meio dos povos

e culturas e das próprias descobertas modernas (GS 34c, 92). O mundo possui as sementes do Verbo. Possui uma palavra a ser discernida, acolhida e partilhada. Por meio das diferenças dos povos Deus revela sua presença silenciosa e sua bondade infinita (AG 11) e realiza seu plano de amor para toda a humanidade (GS 92-93).

5.3 Testemunho

O diálogo não é somente feito por discursos, ainda que constitua uma mediação necessária; exige de todos o testemunho verdadeiro e sincero, quando a vivência fala antes da palavra e convida para a vida em comunhão. O próprio Cristo sondou o coração humano e o conduziu em um “colóquio deveras humano”. Da mesma forma seus discípulos, impregnados de Seu Espírito “conheçam seus concidadãos e relacionem-se com eles, para que mediante um diálogo cheio de sinceridade e paciência venham a conhecer quantas riquezas o munificente Deus prodigalizou os povos.” (AG 11b).

5.4 Caridade

A razão de ser do diálogo, assim como sua finalidade, é a vivência do amor. Desse amor a Igreja é sinal e promotora e unicamente por ela se apresentar como servidora da humanidade. Paulo VI havia definido o diálogo, decorrente da própria missão da Igreja como “impulso interior da caridade que tende a fazer-se dom exterior.” (ES 37). Impulso e dom que nascem da fé e se torna visível no modo de ser da Igreja em relação a si mesma e em relação com os outros. Os apelos e orientações de Paulo VI foram acolhidos e formulados de modo lapidar e programático no decreto *Christus dominus*:

Como é dever da Igreja estabelecer o diálogo com a sociedade humana na qual vive, é principalmente tarefa dos Bispos irem ao encontro dos homens, procurarem e promoverem o diálogo com eles. A fim de que sempre andem unidas a verdade e a caridade, a inteligência e o amor, este diálogo de salvação se distinga pela perspicácia da palavra e simultaneamente pela humildade e afabilidade, e ao mesmo tempo pela devida prudência unida contudo à confiança, porquanto esta, ao favorecer a amizade, se destina a unir os ânimos.(13b).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diálogo foi o princípio e o caminho de construção do Vaticano II em seu percurso e o grande ensinamento de seus resultados e, por conseguinte, de suas aplicações. Constitui o legado maior do grande sínodo ecumênico no que se refere à práxis da Igreja no mundo e a sua própria autocompreensão como Corpo feito de diversidade e unidade e povo de Deus em marcha na história na direção do Reino de Deus. Se as definições de todo o concílio são sempre limitadas historicamente, razão pela qual a mesma história termina por solicitar um novo concílio com suas novas demandas para a fé cristã vivenciada, pensada e definida, há algo que

permanece como *regula fidei*: a escuta indissociável da fé e da história na busca da verdade. Esta é a base da qual advém a necessidade do diálogo permanente ente a fé e a razão e, por conseguinte, da Igreja com a história. O Concílio Vaticano II desvela e transmite essa verdade como espírito e regra para a era que inaugura no intuito de atualizar-se nos tempos modernos para que a mensagem do Evangelho possa ser acolhida como entendimento e amor. Contudo, se, por um lado, os tempos modernos com os quais dialogou o concílio cederam lugar a novas configurações, valores e práticas e, nesse sentido, não mais existem e, por outro lado, a abordagem das fontes da fé avançaram revelando novas perspectivas e desafios para a Igreja nesse meio século, duas realidades permanecem existindo na mesma história, a Igreja e o mundo, e um único meio de fazê-las relacionar: o diálogo. Este se mostra, portanto, como a herança mais preciosa do mais dialogante de todos os concílios; como o espírito capaz de conduzir os cristãos nos caminhos da história sem isolamentos individuais e endogenias comunitárias.

Como tradução do amor que coloca em relação de respeito e conhecimento mútuo todas as diferenças, o diálogo permanecerá como grande regra para a Igreja. O diálogo se associa intrinsecamente à constatação da diversidade como factual e legítima, ao desejo da unidade e à disposição em acolher o outro, na empatia, no conhecimento, na caridade e na partilha. ✞

REFERÊNCIAS

- ALBERIGO, Giuseppe. **Breve história do Concílio Vaticano II**. Aparecida: Santuário, 2006.
- CLIFFORD, Catherine E. O Concílio Vaticano II e o seu compromisso com o diálogo no século XXI. In: OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de; DE MORI, Geraldo. **Deus na sociedade plural: fé, símbolos, narrativas**. São Paulo: Paulinas, Belo Horizonte: Soter, 2013.
- JOSAPHAT, Carlos. **Vaticano II: a Igreja aposta no amor universal**. São Paulo: Paulinas, 2013.
- KLOPPENBURG, B. **Concílio Vaticano II**. Petrópolis: Vozes, 1963. (v. 1).
- _____. **Concílio Vaticano II**. Petrópolis: Vozes, 1964. (v. 2).
- LORSCHIEDER, Aloísio et al. **Vaticano II: 40 anos depois**. São Paulo: Paulus, 2006.
- PAULO VI. Encíclica *Ecclesiam suam*. In: _____. **Documentos de Paulo VI**. São Paulo: Paulus, 1997.
- PASSOS, João Décio. **Concílio Vaticano II: reflexões sobre um carisma em curso**. São Paulo: Paulus, 2014.